

A formação transnacional da teoria da dependência

[*The transnational formation of dependency theory*]

Flores Giorgini¹

RESUMO • O conjunto de análises e reflexões chamado de teoria da dependência é hoje considerado uma das principais contribuições latino-americanas para o campo das ciências sociais ocidentais, tendo se tornado, desde 1980, a categoria histórica por excelência para definir um conjunto heteróclito de ideias e um grupo de autores latino-americanos conhecidos como dependentistas. No entanto, seu estatuto teórico foi desde sempre questionado pelos críticos desse movimento intelectual. Ao retratar a história da noção de teoria da dependência a partir dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, este artigo tem o objetivo de mostrar seu caráter transnacional e refletir sobre o contraste que existe entre a aparência de unidade sugerida por essa expressão e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza. • **PALAVRAS-CHAVE** • Teoria da dependência; escola da dependência;

Fernando Henrique Cardoso. • **ABSTRACT** • The set of analyses and reflections known as the dependency theory is today considered one of the main Latin American contributions to the field of Western social sciences, having become, since 1980, a historical category par excellence for defining the work and the ideas of the group of Latin American authors known as dependency theorists. However, its theoretical status has always been questioned by critics of this intellectual movement. By retracing the history of the notion of dependency theory, through the writings of Fernando Henrique Cardoso, this article aims to highlight its transnational character and the contrast between the appearance of unity suggested by this term and the heterogeneity that actually characterizes it. • **KEYWORDS** • Dependency theory; dependency school; Fernando Henrique Cardoso.

Recebido em 16 de dezembro de 2024

Aprovado em 10 de março de 2025

GIORGINI, Flores. A formação transnacional da teoria da dependência. *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 90, 2025, e10737.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n90.2025.e10737

¹ Université Sorbonne Nouvelle (Paris, Île-de-France, França).

As with the liberal perspective, so with the dependency perspective: viewed from within, the differences among individual writers often seem great; viewed from without, they seem much smaller. (PACKENHAM, 1992, p. 27).

O conjunto de análises e reflexões chamado de teoria da dependência é hoje considerado uma das principais contribuições latino-americanas para o campo das ciências sociais ocidentais. Elaborada a partir da segunda metade dos anos 1960, essa teoria alcançou rapidamente o sucesso internacional na década seguinte, quando seus principais postulados se tornaram matéria de debate em vários círculos intelectuais ao redor do mundo (RODRIGUES, 2022; RUVITUSO, 2020a, 2020b; DEVÉS-VALDÉS, 2004; 2006). No primeiro estudo sobre a difusão das discussões a respeito da dependência para além das fronteiras latino-americanas, os economistas Blomström e Hettne (1984, p. 2) definem a “*dependency theory*” como uma “*export commodity*” da “escola latino-americana da dependência”. Como se vê, desde 1980, a teoria da dependência se tornou a categoria histórica por excelência para definir a produção do grupo de autores latino-americanos conhecidos como dependentistas. Ainda hoje ela continua sendo amplamente utilizada, tanto em português quanto em inglês ou espanhol, nos estudos que se referem a esse movimento intelectual (KATZ, 2019; OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023; WASSERMAN, 2017).

No entanto, seu estatuto teórico foi desde sempre questionado pelos críticos desse movimento intelectual. Em um artigo de 1971, republicado em 2010, o cientista político João Quartim de Moraes (2010, p. 24) já apontava para as “ambiguidades e o ecletismo teórico que se escondem atrás dessa expressão [dependência] sobre a qual a primeira certeza é a de que está na moda”. Nessa mesma linha, vários autores

sublinharam a heterogeneidade das concepções e contribuições dos autores que participaram da construção da “teoria social” do “dependentismo” (BEIGEL, 2014, p. 73; KAY, 2011, p. 126). Ao retratar a história da noção de teoria da dependência a partir dos escritos de Fernando Henrique Cardoso, este artigo tem o objetivo de demonstrar seu caráter transnacional e refletir sobre o contraste que existe entre sua aparência de unidade e a heterogeneidade que na realidade a caracteriza. Depois de uma apresentação da “escola latino-americana da teoria dependência”, nós analisaremos mais detalhadamente a contribuição de Fernando Henrique Cardoso para o surgimento dessa ideia. A evolução da reflexão do sociólogo brasileiro sobre o tema é particularmente interessante por seu esforço tanto em transformar o “conceito” ou a “noção” de dependência em uma “teoria” quanto por refletir parte dos numerosos embates que contrariaram esse projeto na hora em que a discussão intelectual sobre a atualidade latino-americana ganhava uma dimensão global. Além disso, os textos de Cardoso permitem retratar a difusão das discussões sobre a dependência para além do seu contexto de origem e acompanhar o processo que transformou a teoria da dependência num “produto de exportação” de fama internacional.

A “ESCOLA DA DEPENDÊNCIA” EM SANTIAGO

Ao percorrer a extensa bibliografia produzida a partir do começo dos anos 1970 sobre a perspectiva da dependência latino-americana, o leitor logo percebe que essas ideias surgiram de um grupo reduzido de acadêmicos. De um ponto de vista mais amplo, o grupo dos “dependentistas” teria chegado a ser composto de “uns trinta cientistas sociais” (BEIGEL, 2014, p. 79). No entanto, a leitura das principais sínteses produzidas até hoje sobre esse movimento intelectual nos permite apontar para sete nomes em particular: Vânia Bambirra, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Oswaldo Sunkel (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984; BRESSER-PEREIRA, 2010; CHILCOTE, 1974; HUNT, 1989; KAY, 2011; LOVE, 1998; MANTEGA, 1997; PACKENHAM, 1992; PALMA, 1978). Na verdade, se consideramos que a principal contribuição de Faletto para o debate sobre a dependência foi o livro que ele escreveu com Cardoso na segunda metade dos anos 1960, e que foi publicado pela primeira vez em espanhol em 1969 sob o título *Dependencia y desarrollo en América Latina*, podemos reduzir esse número a seis. Há ainda outro autor na fronteira desse grupo de cientistas sociais, oscilando entre os dependentistas e a “escola estruturalista” ligada à Comissão Econômica para a América latina (Cepal): trata-se do economista brasileiro Celso Furtado, que, segundo Joseph L. Love (1998, p. 359), foi “o primeiro dos analistas da dependência latino-americanos”. São esses, segundo Blomström e Hettne (1984, p. 56-78), os autores que compõem a “escola da dependência”.

Se retomamos a ideia de uma escola de pensamento, podemos considerar que ela deveria se caracterizar por pelo menos três elementos: um contexto histórico e um espaço físico que permitem o encontro de seus membros; uma geração que compartilha um conjunto de referências intelectuais e culturais comuns; um mestre ou alguma estrutura institucional capaz de orientar reflexões desenvolvidas por seus membros, e eventualmente um canal de difusão dessas ideias.

O núcleo histórico em torno do qual se constitui o movimento intelectual da dependência é o contexto latino-americano do começo dos anos 1960, marcado pelo esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações. Além disso, todos os dependentistas brasileiros vivem intensamente a crise política e econômica pela qual passa a sociedade brasileira a partir do fim dos anos 1950, e que iria se agravar com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, seguida do golpe civil-militar de março de 1964 (CARDOSO, 2006, p. 57-75; FRANK, 1991, p. 30-43; FURTADO, 2014, p. 318-390; MARINI, 2011, p. 61-65). A chegada dos militares ao poder põe um termo à agenda de democratização implementada durante o governo João Goulart, através das chamadas “reformas de base”, e desmancha as esperanças de parte da intelectualidade de esquerda de assistir ao surgimento da nação imaginada durante o desenvolvimento eufórico do Brasil na década anterior. A vitória das forças golpistas em 1964 significa também a crise da opção reformista como caminho viável para vencer o sub-desenvolvimento e alcançar uma sociedade mais inclusiva no plano socioeconômico.

Quanto ao espaço físico em que surgiu a “escola da dependência”, podemos dizer que ela se constituiu principalmente em Santiago do Chile, com a chegada dos dependentistas após o golpe de 1964. O primeiro a chegar foi o estadunidense Gunder Frank, que, após uma passagem pelo Brasil, decide se mudar para a capital chilena antes mesmo que o regime militar forçasse boa parte dos autores brasileiros a tomar o caminho do exílio. Frank havia lecionado na Universidade de Brasília em meados de 1963, onde se aproximara de Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Em seguida, passou alguns meses no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Unesco, no Rio de Janeiro, antes de assinar um contrato de um mês para integrar, no começo de 1964, a Divisão de Assuntos Sociais da Cepal em Santiago (FRANK, 1991, p. 34-40). Ali Frank esteve em contato com Faletto, que leu e comentou a primeira versão do seu texto sobre a história do desenvolvimento econômico do Chile, que se tornaria o primeiro capítulo do livro *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, publicado em 1967 pela Monthly Review Press.

É o próprio Frank (1991, p. 43) quem recebe, no aeroporto de Santiago, o futuro parceiro de Faletto na redação do livro *Dependencia y desarrollo*. Cardoso chega à capital chilena a convite da Cepal e para escapar das perseguições políticas do governo militar (CARDOSO, 2006, p. 86). Ali o sociólogo reencontra Celso Furtado e Francisco Weffort, seus compatriotas e novos colegas na Cepal, com os quais divide um apartamento. Os três parceiros de exílio começam a colaborar com Faletto no Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), que tinha sido criado dentro da Cepal em 1963, sob a direção do sociólogo espanhol José Medina Echavarría (FALETTO, 2007, p. 198). O livro *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTO, 1975) nasce durante as reuniões periódicas organizadas dentro do Ilpes e continuadas noite adentro em volta de umas taças de vinho na casa dos três brasileiros (FALETTO, 2007, p. 200; p. 203). De fato, a partir de junho de 1964, Celso Furtado (2014, p. 410) torna-se responsável de um seminário que acontece todas as quartas-feiras, cujo objetivo é realizar uma “releitura crítica dos textos ‘clássicos’ da Cepal”, que ele tinha inclusive contribuído a redigir na década anterior. No que diz respeito a *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTO, 1975), que se inspira nessa discussão intensa das ideias cepalinas a partir da realidade

contemporânea da América Latina, Cardoso relata, de acordo com Love (1998, p. 444), que ele teria redigido a parte mais teórica do livro, enquanto Faletto teria tratado dos estudos de caso a partir da história dos países latino-americanos.

Frank e Cardoso já tinham se conhecido em São Paulo em 1963, em volta de uma das mesas-redondas organizadas durante a reunião da Sociedade Antropológica Brasileira (FRANK, 1991, p. 40). No entanto, logo após a chegada de Cardoso a Santiago, Frank vai dar aulas na Escola Nacional de Economia da Universidad Nacional Autónoma de México (Unam), aonde chega a tempo para receber Ruy Mauro Marini no começo de 1965 (MARINI, 2011, p. 65). Apesar da nova e temporânea distância, pois Frank voltará para a capital chilena em 1968, ele não perde o contato com os brasileiros residentes no Chile, com quem continua a se encontrar durante as férias.

Aliás, a lista dos dependentistas residentes na capital chilena não para de crescer a partir de 1965, pois em 1966 chegam também Theotônio dos Santos e sua esposa, Vânia Bambirra, que integram o Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso) da Faculdade de Economia da Universidade do Chile. Em seguida, em 1970, Marini vem completar o grupo após ter sido forçado a abandonar seu cargo de professor de relações internacionais na Unam (MARINI, 2011, p. 81; SANTOS, 1994, p. 29).

Assim, é em Santiago que todos esses autores passam boa parte dos “anos produtivos do dependentismo (1964-1973)” (BEIGEL, 2014, p. 79), discutindo os artigos, livros e textos mimeografados que circulam abundantemente dentro e fora dos principais institutos de pesquisa e universidades da capital (BAMBIRRA, 1978, p. 23), sobretudo entre o Ilpes e o Ceso (CARDOSO, 1977, p. 11). Além disso, é na capital chilena, o “centro cultural e intelectual” (CARDOSO, 2006, p. 89) da região na época, e graças ao convívio com outros latino-americanos que trabalham nessas instituições, que boa parte dos acadêmicos brasileiros descobre o próprio continente.

As intensas trocas intelectuais transnacionais são reforçadas pela experiência comum do exílio, que aproxima de forma inédita esses acadêmicos (CARDOSO, 2006, p. 88). A “escola da dependência” é inseparável dessa condição peculiar vivida pelos membros brasileiros que estimula, de um lado, a formulação de uma nova imagem da terra de origem e, de outro, a reinterpretação da história em função da distância imposta pelo tempo presente, que permite olhar de forma objetiva para o passado nacional (SZNAJDER; RONIGER, 2009, p. 23). Redirecionando de forma radical a trajetória de vida de um indivíduo, o exílio obriga a abrir mão da própria cotidianidade – as antigas ocupações e os círculos sociais habituais – ao mesmo tempo que abre novas portas. Como explicam os cientistas políticos Mario Sznajder e Luis Roniger (2009, p. 22): *“Although [...] being an exile is constraining in the short term, it also entails new openings in the transnational and international arena, rooted in the daily confrontation and exposure to new environments, institutions, and ideas”*. Assim, segundo Marini (2011, p. 64), o fim forçado das militâncias políticas de intelectuais brasileiros após março de 1964 abre espaço para uma dedicação exclusiva à pesquisa acadêmica e ao desenvolvimento teórico das ideias sobre a dependência que tinham começado a surgir no período anterior.

Nascidos entre 1929 e 1936, com exceção de Furtado, que nasceu quase uma década antes, os dependentistas pertencem a uma geração que forja seu pensamento nas novas faculdades de ciências sociais brasileiras, nas quais a questão do

desenvolvimento nacional é amplamente debatida. Suas formações acadêmicas se deram num período importante da história intelectual brasileira, marcado pela institucionalização do ensino e da pesquisa em sociologia, economia, ciência política e antropologia nas universidades brasileiras criadas a partir da década de 1930 (ALMEIDA, 1989; ARRUDA, 1989; LIMONGI, 1989a, 1989b; MICELI, 1989). É importante sublinhar que estas considerações não se aplicam ao caso de Gunder Frank, que fez toda sua formação nos Estados Unidos, defendendo sua tese, inclusive, na Universidade de Chicago.

Nesse sentido, os dependentistas podem ser considerados o produto do processo de aclimação das ciências sociais de matriz ocidental no contexto brasileiro. De fato, essa geração realizou sua formação acadêmica no momento em que a produção local em ciências sociais cresceu de forma exponencial, isto é, entre 1930 e 1960. Além dos clássicos das ciências sociais (Max Weber, Georges Gurvitch, Sartre, Emile Durkheim, Adam Smith, Ricardo, Franz Boas, Lévi-Strauss etc.), eles também leram de forma aprofundada as obras produzidas pelas primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros, como Florestan Fernandes, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Ignácio Rangel, Caio Prado Jr. etc., autores que colocavam a realidade brasileira e seu desenvolvimento histórico no centro das próprias reflexões (SANTOS, 1994, p. 15-18).

Inspirados em seus mestres, os dependentistas dedicam seus esforços acadêmicos à análise da realidade social, política e econômica brasileira e latino-americana. F. H. Cardoso, por exemplo, formado na escola de sociologia de São Paulo, iniciada por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), redige uma tese sobre a escravidão e o capitalismo no sul do país antes de se interessar pelas elites industriais brasileiras (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.]a, p. 72). Theotônio dos Santos, formado em ciências sociais na Universidade Federal de Minas Gerais antes de integrar a nova Universidade de Brasília, fundada em 1962, dedica seu mestrado ao estudo da classe dominante brasileira (SANTOS, 1994, p. 24).

Os seminários de leitura do *Capital* de Marx organizados em várias capitais brasileiras, como em Brasília ou em São Paulo, durante a primeira metade dos anos 1960, também são fundamentais para a formação da maioria dos dependentistas brasileiros (SANTOS, 1994, p. 17). Essas iniciativas correspondem à fase de “penetração em larga escala” do marxismo nas universidades latino-americanas, apontada por Michel Löwy (2016, p. 49). Aliás, esse espaço de discussão marxista foi transplantado para Santiago pelos exilados brasileiros, chegando a reunir a maior parte dos dependentistas brasileiros até se tornar, segundo Cardoso, um verdadeiro “*think-tank*” frequentado pelos líderes pró-democratas de passagem pela capital chilena –como o antigo presidente Jânio Quadros (CARDOSO, 2006, p. 92; SANTOS, 1994, p. 17).

Assim, a teoria da dependência tem suas raízes conceituais na teoria marxista², mas também no pensamento econômico produzido na Cepal, cujos principais conceitos são integrados pela maioria dos dependentistas de forma crítica a fim de pensar as transformações vividas pelas sociedades latino-americanas na contemporaneidade (BAMBIRRA, 1978, p. 15-17; KAY, 2019, p. 18). Ela cristaliza o desejo de uma geração de cientistas sociais de decifrar a persistência dos males do

2 A influência do marxismo nas obras de Cardoso, Frank e Marini foi variável. Ver a respeito: Love (1998, p. 451-455).

subdesenvolvimento na América Latina, apesar da intensa industrialização vivida pela região na década anterior.

Além disso, é importante lembrar que os dependentistas desenvolvem suas reflexões como uma resposta crítica às teorias do desenvolvimento produzidas por autores norte-americanos, como Walt W. Rostow, por exemplo, autor de *The stages of economic growth*, livro publicado em 1960 que alcançou rapidamente o sucesso mundial, tornando-se uma espécie de bíblia do desenvolvimento. Esses autores interpretam o desenvolvimento como um processo unilinear caracterizado pela transição dos países subdesenvolvidos a uma etapa superior de produção econômica até alcançara modernidade, encarnada pelos países “desenvolvidos” (KAY, 2019, p. 15-16). Os dependentistas consideram, ao contrário, que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são na realidade duas faces da mesma moeda, constituída pelo sistema capitalista mundial. Dito de outra forma, na visão dos autores latino-americanos, os países subdesenvolvidos não representam o passado dos países desenvolvidos, mas sim o produto da evolução do sistema capitalista nas periferias, onde as experiências do colonialismo e do imperialismo têm um papel fundamental.

Apesar desses elementos comuns às trajetórias dos *dependentistas* brasileiros, a ideia de uma “escola da dependência” continua sendo bastante problemática. De fato, a maioria dos críticos posteriores mencionados no começo deste artigo aponta para as múltiplas diferenças interpretativas que existem entre os principais autores da dependência. De forma esquemática, podemos identificar pelo menos dois enfoques dentro da escola latino-americana: um estruturalista (ou não marxista), nascido dentro do Ilpes, e outro marxista, que surge no contexto da equipe de pesquisa sobre a dependência criada no Cesó por Theotônio dos Santos (KAY, 2019, p. 18; LOVE, 1998, p. 460).

Ainda mais complicado é falar numa teoria da dependência, como reconhecemos próprios autores que utilizam a categoria “escola da dependência” (BEIGEL, 2014, p. 73; BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 77; LOVE, 1998, p. 460). Em seu estudo, Love (1998, p. 460) apresenta a dependência como uma “escola” para “fins de exposição histórica” e por causa do “amplo acordo” em torno de algumas “proposições definidoras”, como a aceitação da ideia do capitalismo como sistema dividido entre um centro desenvolvido e uma periferia subdesenvolvida ou a abordagem histórica da dependência latino-americana. No entanto, o autor mostra também que essas ideias não são próprias aos dependentistas, mas gozam, ao contrário, de longa tradição no pensamento social latino-americano. Além disso, ele reconhece que existe “uma óbvia discrepância entre as versões não marxistas e marxistas”, assim como “diferenças entre os próprios teóricos marxistas” (LOVE, 1998, p. 460).

Blomström e Hettne (1984, p. 77) explicam, por sua vez, numa nota de rodapé de *Development theory in transition*, terem adotado a expressão “*dependency school*” para se referir à produção dos dependentistas por considerá-la mais “neutra” em relação às outras duas que circulavam no final dos anos 1970, isto é, “*dependency paradigm*” e “*dependency theory*”. Esta última sendo a mais problemática, uma vez que, segundo os autores, os dependentistas receberam seus “impulsos teóricos de fontes diferentes”.

Para Beigel (2014, p. 73), que retoma a ideia de “escola” diretamente dos dois economistas suecos, a expressão “teoria da dependência” é problemática pois “unifica o que, de fato, constituía um conjunto de múltiplos enfoques analíticos” que “nunca

chegaram a constituir uma única teoria sistemática”. Para a socióloga argentina, “levando em consideração as polêmicas, as críticas e as ‘anticríticas’, podemos afirmar que o foco dependentista surgiu [...] não como uma teoria, mas como um *problema teórico*” (2014, p. 78).

Essas considerações revelam o principal limite da ideia de uma “escola da dependência”: a falta de um elemento unificador no conjunto das reflexões produzidas pelos acadêmicos reunidos em Santiago. Tomemos o exemplo da “escola de Frankfurt”, categoria histórica que se refere ao grupo de filósofos e cientistas sociais que participaram da experiência que se desenvolveu em torno do Institut für Sozialforschung, em Frankfurt, no começo dos anos 1930. A partir da reconstrução histórica proposta pelo filósofo Enrico Donaggio, podemos considerar que essa escola se constituiu em torno de dois pilares: o projeto de uma “teoria crítica da sociedade”, apresentada pelo filósofo alemão e novo diretor do Institut a partir de 1931 Max Horkheimer; a revista *Zeitschrift für Sozialforschung*, em que o grupo publicou seus trabalhos entre 1932 e 1941. Donaggio (2005, p. XIV – tradução nossa) considera que essa publicação foi a “única dimensão em que talvez tenha efetivamente existido uma ‘escola de Frankfurt’”.

Comparando a escola alemã com a “escola da dependência”, podemos observar como neste último caso falta tanto uma figura catalisadora, seja do professor, seja do mentor, quanto um meio, como uma revista, capaz de canalizar e difundir as contribuições dos dependentistas. Os membros da “escola latino-americana” compartilham o mesmo contexto histórico, pertencem quase todos à mesma geração, se cruzam, se leem e se criticam, dando vida a um intenso debate sobre a atualidade latino-americana, mas, como os alunos sem o professor, eles não conseguem chegar a um acordo para realizar um projeto intelectual coletivo. Em vez disso, partindo de um núcleo comum, cada um deles desenvolveu suas próprias reflexões em direções distintas, criando uma multiplicidade de interpretações sobre a complexa realidade latino-americana da época. Contudo, foi dentro dessa dinâmica intelectual fragmentada que apareceu a ideia de uma teoria da dependência.

UM DEBATE TRANSNACIONAL SOBRE O ESTATUTO TEÓRICO DA DEPENDÊNCIA

Vários pesquisadores apontaram para a multiplicidade de fatores históricos e intelectuais que possibilitaram o desenvolvimento da teoria da dependência, desde a influência da “escola estruturalista” e das “teorias do imperialismo” (KAY, 2019, p. 18; LOVE, 1998, p. 427-461) até a dinâmica de trabalho dentro do Ilpes (GARCIA JR., 2005, p. 546-547; KLÜGER, 2017, p. 299-302). Se considerarmos a teoria da dependência como o conjunto de análises desenvolvidas *grosso modo* entre 1964 e 1973 sobre a realidade latino-americana compreendida dentro do sistema capitalista, podemos concordar com Santos (1994, p. 31) quando afirma que ela “foi um produto coletivo”. Tal interpretação é aliás compartilhada por Cardoso (1977, p. 8), que fala do “paradigma” da dependência como fruto de uma “*complex discussion among persons, institutions and groups, which in the modern world are located in different countries*”.

No entanto, o que nos interessa aqui é tentar retrair as origens da ideia mesmo

de uma teoria da dependência. A partir dessa perspectiva, é possível observar que os diferentes autores da dependência não contribuíram da mesma forma para a concepção dessa categoria histórica. Assim, por exemplo, no que diz respeito à obra de Frank, o professor Cristóbal Kay (2011, p. 157) sublinha que, apesar do seu grande sucesso internacional e do fato de ele ser considerado como o principal representante dessa “teoria” fora do espaço latino-americano, não é possível considerá-lo como um “*dependency writer par excellence*”. Para Kay (2011, p. 155-156), o economista norte-americano de origem alemã não foi mais do que um “*relectutant and short-lived dependentista*”, sendo que em seus primeiros escritos, e até o começo dos anos 1970, Frank nem sequer utiliza o termo “dependência”, preferindo o binômio “*the development of underdevelopment*” para se referir à história do desenvolvimento latino-americano.

No final dos anos 1970, momento em que a produção dos dependentistas está na mira dos refletores internacionais, Cardoso (1976, p. 816, n. 1) atribui a paternidade da teoria da dependência a Theotônio dos Santos, autor do artigo “The structure of dependency”, publicado em maio de 1970 na *American Economic Review*; e a maternidade a Vânia Bambirra. Esses dois autores, junto com outros “americanos”, teriam se arriscado, para Cardoso (1976, p. 816 – tradução nossa), na “criação de uma ‘teoria’”.

Cardoso esquece, no entanto – ou deixa de mencionar –, sua própria contribuição para o debate em torno da dimensão teórica da dependência através de dois artigos publicados no começo da década de 1970, logo após a publicação do seu livro com Faletto, em 1969. Trata-se de “Teoría de la dependencia análisis concreto de situaciones de dependencia?”, apresentado pela primeira vez em 1970; e de “Notes sur l’état actuel des études sur la dépendance”, de 1972. Os dois textos, apresentados primeiramente para um público internacional, ganham uma versão em português na revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), fundado por Cardoso em 1969 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 22-23).

Com relação ao primeiro texto, é importante sublinhar que existe uma discrepância quanto ao momento em que teria sido apresentada sua primeira versão. Segundo a “bibliografia de FHC” fornecida pela Fundação FHC ([s.d.]), o texto em questão teria sido apresentado primeiramente em 1970 na ABIIS, no México, antes de ser republicado no primeiro número da revista *Estudos Cebrap*, sob o título “Teoria da dependência’ ou análises concretas de situações de dependência?”, em 1971 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 22). No entanto, na nota de rodapé da primeira página da versão de 1971, consta que o texto foi “apresentando no 2º Seminário Latinoamericano para el Desarrollo (promovido pela Flacso, sob o patrocínio da Unesco em novembro de 1970, Santiago, Chile)”, isto é, sem nenhuma referência ao evento mexicano (CARDOSO, 1971, p. 26). Na mesma nota de rodapé é também explicado que o texto apresentado em *Estudos Cebrap* é a resposta de FHC à comunicação “Notas sobre a teoria da dependência: teoria de classe ou ideologia nacional?”, feita pelo colega e amigo Weffort, que também participara do evento chileno. Aliás, as duas apresentações são publicadas uma seguida da outra, um ano mais tarde, no mesmo número da revista do Cebrap.

É interessante observar que o título do ensaio ganha um ponto de interrogação na versão da revista do Cebrap, colocando as certezas do início em discussão. De fato, na primeira versão apresentada no México, o título da apresentação sugere que a

teoria da dependência equivale às “análises concretas de situações de dependência”, ao passo que, na versão publicada em *Estudos Cebrap*, o ponto de interrogação do título parece indicar, já de partida, uma oposição entre a teoria da dependência e as “análises concretas”, oposição essa reforçada pela conjunção “ou” posta entre os dois termos da frase. Isso pode sugerir que o autor passou de uma postura afirmativa, que tentava explicitar o que seria uma teoria da dependência, para uma postura mais hesitante, que questiona a ideia mesmo de teoria da dependência. Seja como for, o fato é que Cardoso estava refletindo sobre a dimensão teórica da dependência desde a publicação de seu livro com Faletto em 1969.

Voltando ao debate entre os dois acadêmicos, a intenção de Weffort (1971, p. 3), na comunicação apresentada no seminário de 1970, era questionar a “ideia de ‘dependência’”, tão comum na época, para entender qual é o “estatuto teórico” desse “novo conceito”. Weffort constrói sua crítica a partir de um diálogo com dois textos em particular: *Dependencia y desarrollo en América Latina*, de Cardoso e Faletto (1975), e *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, de Andre Gunder Frank (1967). Para ele, a ampla difusão da “noção” de “dependência” poderia estar ligada à sua “imprecisão como conceito”. O que mais o preocupa é o risco desse conceito se tornar uma ideologia que, em vez de esclarecer a realidade latino-americana, teria antes confundido o observador.

Weffort (1971, p. 7) considera que uma das “ambiguidades teóricas” da noção de dependência estaria em sua incapacidade de esclarecer as relações entre as categorias de “nação” e de “classe social”. A partir de uma perspectiva marxista, Weffort critica os “teóricos da dependência” por terem feito da nação um “princípio teórico” explicativo comparável à noção de classe social, chegando a fazer da dominação internacional o princípio central para explicar a situação de dependência. Para o crítico brasileiro, se os teóricos da dependência quisessem fazer da “teoria da dependência” uma “perspectiva global”, eles deveriam primeiramente resolver essa ambiguidade numa “perspectiva de classe” e abandonar a dimensão nacional como princípio analítico da situação de dependência (WEFFORT, 1971, p. 13-24). E é justamente nesse texto de Weffort que ocorre uma das primeiras aparições do termo “teoria da dependência” para definir o trabalho dos chamados “teóricos da dependência”.

A essas críticas, Cardoso (1971, p. 32) responde que nunca foi sua intenção transformar a noção de dependência num conceito geral, pois “pretender elevar a noção de dependência à categoria de conceito totalizante é um *non sens*”. Para ele, “rigorosamente não é possível pensar numa ‘teoria da dependência’” que se situaria no mesmo plano de uma teoria das classes, pois “a dependência [...] não é mais do que a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (CARDOSO, 1971, p. 32). Assim, a dependência seria mais uma “perspectiva” capaz de deslocar a explicação do “plano simplista do condicionante externo sobre o interno para uma concepção mais integrada do relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1971, p. 31). Para Cardoso (1971, p. 30), a “utilidade e a significação teórica da noção de dependência” estariam na sua capacidade de incluir, no plano conceitual, as particularidades dos países latino-americanos no quadro mais amplo da história da expansão do sistema capitalista.

Cardoso (1971, p. 38) retoma em seguida as observações de Weffort quanto às relações entre a “teoria da dependência” e a “teoria do imperialismo” leninista, para dizer que, segundo ele, é claro que “não existe uma teoria da dependência independentemente da teoria do imperialismo”. No entanto, Cardoso sublinha também que ele considera “insuficiente” a “teoria leninista do imperialismo” para “explicar o que ocorre nas situações contemporâneas de dependência que se dão em países cuja industrialização se faz sob controle do capital financeiro internacional” (CARDOSO, 1971, p. 42). De fato, o foco de Lenin teria sido as potências imperialistas do final do século XIX e começo do século XX, ou seja, uma realidade que já não corresponderia mais à atualidade. Assim, a “perspectiva da dependência” teria surgido como um complemento à teoria imperialista para “reelaborar” a teoria leninista “de modo a mostrar como se dá a acumulação de capitais quando se industrializa a periferia do sistema capitalista internacional” (CARDOSO, 1971, p. 37).

Esse debate entre Cardoso e Weffort³ é tão central para discutir “o estatuto teórico da noção de dependência”, que o cientista político João Quartim de Moraes resolve tomá-lo como ponto de partida para sua apresentação de 1971, em Genebra, na qual observa como, apesar de recusar a ideia de uma “teoria”, Cardoso continua a considerar a “dependência” como um “conceito” (ou “noção”), o que implicaria, segundo ele, necessariamente uma “teoria”.

Desse ponto de vista, para Moraes (2010, p. 24-25), a linha de defesa adotada por Cardoso frente aos ataques teóricos de Weffort não resolve em nada as questões colocadas pelo “projeto de uma teoria ou de um conceito da dependência” idealizado pelo autor desde *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975). De fato, é no livro de 1969 que Cardoso e Faletto constroem os alicerces de uma reflexão teórica e metodológica em torno do “conceito” de dependência, ao qual eles se referem nessa época como um “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento, quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de uma classe sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (CARDOSO; FALETTTO, 2010, p. 179-180).

Enfim, a partir do debate entre Cardoso e Weffort, Moraes (2010, p. 26) considera que é possível chegar a uma “primeira delimitação do campo da ‘teoria’ da dependência: ela seria ‘o outro lado’ da teoria do imperialismo”, isto é, a outra face da mesma medalha. Assim, a teoria da dependência resultaria de uma “escolha teórica” por parte de Cardoso e Faletto, que colocaria o “país dominado” no centro das análises a fim de estudar, do seu ponto de vista, “a dominação imperialista” (MORAES, 2010, p. 26).

Moraes observa também como o próprio Cardoso contribui a confundir o leitor com suas “hesitações” em definir exatamente qual seria o lugar da dependência dentro da teoria do imperialismo. De fato, o cientista político sublinha que para Lenin, citado pelo próprio Cardoso, a dependência seria “a situação específica dos países juridicamente independentes, mas economicamente dominados” (MORAES, 2010, p. 27). Mas essa não é a concepção de dependência que se encontra no livro

3 É importante precisar que o texto de FHC e o de Weffort, antes de aparecerem na revista *Estudos Cebrap* em 1971, foram publicados juntos na *Revista Latinoamericana de Ciencia Política* (v. 1, n. 3) em 1970. Essa é a versão citada por Moraes em seu artigo.

de Cardoso e Faletto, que utilizam o termo para se referir tanto aos países latino-americanos “juridicamente independentes” quanto aos territórios colônias politicamente dependentes.

Cardoso volta a esse debate em setembro de 1972, numa apresentação em Dakar, no Senegal, na ocasião da *Conférence sur les Stratégies de Développement Afrique vs Amérique Latine*, organizada pelo economista franco-egípcio Samir Amin, que nessa época dirigia o Institut africain de développement économique et de planification (Idep) (NATIONS UNIES..., 1971). O texto é republicado em 1973 sob o título “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência”. Participam dessa conferência também Gunder Frank e Mauro Marini, que apresenta seu texto “Dialética da dependência” (OLIVEIRA; KVANGRAVEN, 2023, p. 1689).

Em a sua apresentação, Cardoso (1973, p. 31-41) começa retrazando a “história intelectual do conceito de dependência” desde os escritos de Lenin e Trotsky até as análises mais recentes, que ele reconhece serem marcadas por “certo ecletismo”. Em seguida, ele retoma a discussão sobre “o *status* teórico da ideia de dependência” (CARDOSO, 1973, p. 49-53) respondendo às críticas de Moraes, e reconhecendo sua “hesitação” diante da “ideia de dependência”, à qual ele tem se referido com termos variados como “noção, conceito, ‘teoria’” (CARDOSO, 1973, p. 50). Retomando o debate com Weffort, Cardoso (1973, p. 50) esclarece mais uma vez que ele não considera possível situar a “categoria” de dependência no mesmo nível teórico dos conceitos que constituem o cerne da “teoria do capitalismo”, tais como “mais-valia, expropriação, acumulação etc.”. Todavia, é dentro da teoria marxista do capitalismo que ele situa a ideia de dependência. A partir dessas considerações preliminares ele afirma:

Isto posto, não há razão para negar a existência de um campo teórico próprio, embora limitado e subordinado à teoria marxista do capitalismo, no qual se inscrevam as análises sobre a dependência. E neste caso não há porque utilizar as aspas na expressão teoria. Existe, pois, a possibilidade de pensar-se na teoria da dependência sempre e quando ela se inscreva no campo teórico mais amplo da teoria do capitalismo ou da teoria do socialismo [...]. (CARDOSO, 1973, p. 51).

Em Dakar, Cardoso (1973, p. 52) libera a expressão teoria da dependência das aspas que a acompanhavam desde o debate com Weffort em Santiago para afirmar que ela seria um “complemento à teoria do imperialismo”. Dentro da teoria marxista, seu papel específico seria elucidar as relações entre os países dependentes e as potências imperialistas no sistema capitalista mundial. Todavia, Cardoso (1973, p. 52) parece ainda hesitante frente à sua criatura, pois fala também de uma “possível teoria da dependência” na frase anterior, antes de sublinhar a importância de não deixar de lado as “análises das situações específicas” ligadas às situações de dominação. Alguns anos mais tarde, o autor parece ter perdido todo o entusiasmo com relação à ideia de uma teoria da dependência depois do rumo que essa expressão tomou para além das fronteiras latino-americanas.

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA VÍTIMA DE SEU SUCESSO

Após ter sido consagrada no IX Congresso Latino-Americano de Sociologia na Unam, no México, em novembro de 1969 (FRANK, 1991, p. 50; EL DIRECTOR, 1969, p. 759), a teoria da dependência ganha rapidamente o interesse de vários acadêmicos e intelectuais para além das fronteiras sul-americanas ao longo da década seguinte. No prefácio à edição inglesa de *Dependencia y desarrollo en América Latina* (CARDOSO, FALETTTO, 1975), escrita em 1976 e publicada em 1979, Cardoso e Faletto observam que: “*There are numerous discussions in the United States on the contributions and weakness of what has been called ‘dependency theory’. In Europe also, with perhaps less enthusiasm, these studies were subject to debate*”, acrescentando que, até no espaço africano, alguns autores “*influenced by Marxist analysis, and to some extent by Latin American thought on dependency, have also proposed models for the interpretation of African and Asian development*” (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. VII).

No entanto, no momento de maior difusão da teoria da dependência na cena internacional, Cardoso não se mostra mais tão entusiasta com essa ideia, muito pelo contrário. Em um artigo intitulado “The consumption of dependency theory in the US”, submetido à Third Scandinavian Research Conference on Latin America, organizada em Bergen, na Noruega, em junho de 1976 (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984, p. 204), o sociólogo brasileiro toma distância da expressão que ele tinha contribuído a forjar alguns anos antes. O texto da conferência é republicado em francês alguns meses mais tarde na *Revue du Tiers Monde* antes de sair nos Estados Unidos pela *Latin American Research Review* (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 26). Considerando que as duas versões são bastante diferentes uma da outra, e que o texto foi preparado em inglês para a conferência de 1976, utilizaremos aqui a versão publicada na *Latin American Research Review*.

Como um mestre que perdeu o controle de sua criatura, Cardoso (1977, p. 7) explicita ao seu público sua sensação de desconforto frente à imagem da teoria da dependência que está sendo celebrada no evento. “Será que eu posso participar dessa ‘*ritual consumption*’ da dependência e fazer, ao mesmo tempo, com que a plateia escute minhas críticas à forma que essa teoria assumiu nas pesquisas sobre a América latina?” – parece se perguntar o sociólogo brasileiro (CARDOSO, 1977, p. 7-8). Contudo, ele não deixa de participar do banquete e sublinhar sua participação nessa “*critico-commemorative celebration*” como um dos “*founding fathers*” (CARDOSO, 1977, p. 8; p. 7) dessa linha de pensamento.

O tom da fala de Cardoso é irônico e deixa transparecer sua irritação em relação ao modo como essa teoria da dependência foi apropriada pelos cientistas sociais dos Estados Unidos a partir do início dos anos 1970. Ele comenta as simplificações feitas por “*some popularizers*” não especificados que tornaram a teoria da dependência um “*article of consumption*” internacional baseado no “mito” dos dependentistas (CARDOSO, 1977, p. 8). Segundo o sociólogo brasileiro, essa ampla difusão teria sido possível graças a sucessivas simplificações e adaptações das reflexões sobre a dependência que teriam tornado as análises dependentistas mais atraentes para um público internacional que estava por fora dos complexos debates levantados pelo grupo de intelectuais em Santiago.

Cardoso se aproveita também da conferência para acertar as contas com Gunder

Frank, cujos escritos tinham contribuído de forma substancial para a difusão das discussões sobre a dependência nos centros de estudos e nas universidades do vizinho norte-americano. Para o sociólogo, no entanto, as reflexões do economista norte-americano sobre a dimensão capitalista da América latina colonial são simplificadoras em relação à realidade latino-americana, e deslocadas em relação aos debates travados na época entre os cientistas sociais locais. Apesar disso, os trabalhos de Frank foram considerados nos Estados Unidos como o marco de uma “nova perspectiva na América latina”(CARDOSO, 1977, p. 12). Como diz Cardoso(1977, p. 12), “*what is called here [nos Estados Unidos] the theory of dependency*” é algo completamente irreconhecível, é uma estranha criatura composta, em doses distintas, de alguns dos principais trabalhos dos dependentistas latino-americanos. Nas palavras do autor:

The most general and formal of Gunder Frank's works are taken[...], the formal definition of dependency furnished by Theotônio dos Santos is appended, the problematic of “subimperialism” and “marginality” is sometimes inserted, one or another of my works or Sunkel's is footnoted, and the result is a “theory of dependency” – a straw man easy to destroy. (CARDOSO, 1977, p. 15).

No final do artigo, Cardoso (1977, p. 17) reconhece que a responsabilidade das distorções presentes no espaço acadêmico norte-americano deve-se em parte aos próprios dependentistas, que não trataram de forma aprofundada várias das questões que eles mesmos trouxeram para a reflexão em ciências sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo mostramos a dinâmica transnacional que possibilitou o surgimento da teoria da dependência no começo dos anos 1970 como categoria histórica capaz de se referir a um conjunto heterogêneo de autores e ideias. A trajetória de FHC, considerado pela historiografia posterior como um dos principais autores da dependência, nos permitiu reconstruir parte dos debates que deram vida a essa “teoria” entre Brasil, Chile, México, Senegal, Suíça e Noruega. Além disso, o caso de FHC se revelou particularmente interessante para mostrar a distância entre a teoria da dependência que circulava no espaço internacional na segunda metade da década de 1970, e aquela que o autor tinha ajudado a forjar alguns anos antes. Dito de outra forma, os escritos do sociólogo brasileiro permitiram apontar para a decalagem entre a complexidade dos debates e a fragmentação das opiniões que caracterizam as relações entre os dependentistas no espaço latino-americano e a aparente homogeneidade veiculada pelo conceito de teoria da dependência no olhar dos atores estrangeiros que não tomaram parte em sua criação.

Nestas considerações finais, gostaríamos de apontar algumas pistas que podem explicar as razões dessa discrepância revelada por Cardoso. Primeiramente é importante sublinhar que, para além das responsabilidades de cada uma das partes na deformação da teoria da dependência, a exportação das ideias de um contexto para outro comporta sempre uma transformação de seu significado original, isto é, numerosas elaborações e reinterpretações que possibilitam, justamente, sua

passagem de um espaço cultural para outro. Desse ponto de vista, os casos levantados ao longo do texto ilustram perfeitamente o fenômeno de “transferência cultural” teorizado pelo germanista francês Michel Espagne (2013).

O fenômeno analisado está também ligado ao fato de que, para os atores históricos que participam da difusão e recepção das ideias sobre a dependência para além do contexto latino-americano, as disputas que opuseram os dependentistas não têm a mesma importância que tiveram para o grupo de acadêmicos que participou ativamente dos debates em Santiago. É o que mostra o caso dos Estados Unidos, mas também da África, onde os principais protagonistas na passagem dos escritos sobre a dependência para o contexto africano, no começo dos anos 1970, não hesitam em reunir sob a mesma etiqueta de “*dependency theory*” autores como André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, mas também Celso Furtado e Anibal Quijano (AMIN, 1993, p. 134; SHIVJI, 1996, p. 135).

Além disso, a partir da constatação de que a teoria da dependência remete a um conjunto heteróclito de contribuições intelectuais, é importante lembrar também o papel de cada um dos chamados dependentistas na difusão das ideias sobre a dependência para além do contexto latino-americano. Aqui vamos focar nossa atenção em dois dos autores mais citados na literatura sobre o assunto: FHC e Frank.

Cardoso participa ativamente do debate internacional sobre a dependência depois do período chileno. Além das conferências no Chile, no Senegal e na Noruega, onde a dimensão teórica da dependência é explicitamente discutida, em 1968 Cardoso foi também professor visitante na Universidades de Paris-Nanterre, na França; no México, em 1969; na Suíça, em 1970; e na Universidade da Califórnia, em Stanford, nos Estados Unidos em 1972 (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 3). Mais tarde, em 1975, ele esteve também na Universidade de Princeton; em 1976, na Universidade de Cambridge, no Reino Unido, e em 1977, na Universidade Sorbonne Pantheon, em Paris (FUNDAÇÃO FHC, [s.d.], p. 2).

Cumpra notar ainda que a obra de Cardoso e Faletto teve um enorme sucesso na América Latina, sendo republicada dez vezes em espanhol em pouco mais de cinco anos (CARDOSO; FALETTI, 1975). O livro também foi traduzido para o italiano em 1971 (CARDOSO; FALETTI, 1971), para o alemão em 1976 (CARDOSO; FALETTI, 1976), e para o francês em 1978 (CARDOSO; FALETTI, 1978), antes de ser publicado pela University of California Press nos Estados Unidos em 1979 (CARDOSO; FALETTI, 1979). Na sua edição espanhola, o livro vendeu mais de 100 mil cópias (LOVE, 1998, p. 446).

Todavia, ao passo que essa célebre obra de Cardoso e Faletto só foi traduzida nos Estados Unidos uma década depois da primeira edição em espanhol, a obra de Gunder Frank foi produzida diretamente em inglês, “*the Latin of our times*” nas palavras de Cardoso (1977, p. 8). Publicado pela Monthly Review Press nos Estados Unidos desde 1966, Frank foi provavelmente quem mais contribuiu para a difusão da “escola da dependência” fora do contexto latino-americano: seu livro de 1967 ganhou doze edições apenas nos Estados Unidos e foi traduzido em mais de seis línguas, inclusive em japonês (FRANK, 1991, p. 125). Esse fato constitui um paradoxo se considerarmos a relação problemática que Frank teve, desde o começo, com a ideia de dependência. Talvez essa dinâmica explique também a sensação de estranhamento vivida por Cardoso diante da forma tomada pela teoria da dependência nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo.

O fato de ter sido publicado em inglês e por uma das principais editoras

marxistas norte-americanas é provavelmente a principal razão para explicar peso de Frank nas discussões em torno da teoria da dependência nos Estados Unidos, mas também na Tanzânia (SHIVJI, 1996, p. 135) e provavelmente em vários outros países, se considerarmos a influência cultural e intelectual dos Estados Unidos no resto do mundo ocidental ao longo do século XX (TOURNÈS, 2020). O caso da República Federal da Alemanha, estudado pela socióloga Clara Ruvituso (2020b, p. 104), mostra que a chegada das ideias sobre a dependência foi favorecida pela língua inglesa ou francesa e pelo diálogo dos autores latino-americanos com a tradição marxista ocidental.

Assim, o caso de Frank mostra que nem todos os dependentistas tiveram o mesmo peso na formação da teoria da dependência aos olhos dos atores estrangeiros que se interessaram pelo movimento intelectual latino-americano. É o que reconhece Cardoso em sua fala de 1976, quando aponta para o fato de que a “*dependency theory*” nos Estados Unidos se referia a seus trabalhos sobretudo nas notas de rodapé, diferentemente da obra de Frank, que era amplamente discutida. As eventuais diferenças na forma de enxergar a dependência em cada contexto particular estão ligadas às maneiras específicas pelas quais se dá a recepção dos escritos sobre a dependência latino-americana em espaços e momentos diferentes.

Ao fim deste percurso, vemos que, apesar ou graças à sua fragilidade originária, fruto do contexto em que surgiu, a teoria da dependência se tornou uma “*export commodity*” de fama internacional, veiculando um conjunto heteróclito de trabalhos sobre a história contemporânea da América Latina. Estudar a viagem e a recepção dessa noção através de outros países, na linha do que vem sendo feito por autores como Clara Ruvituso (2020a; 2020b), Eduardo Devés-Valdés (2004, 2005, 2006, 2009; DEVÉS-VALDÉS; ORELLANA, 2009) e Lidiane Rodrigues (2022), sem dúvida enriquecerá ainda mais a história da transferência cultural das reflexões dessa famosa “escola” latino-americana.

SOBRE O AUTOR

FLORES GIORGINI é doutorando em história na Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3 e integrante do Centre de Recherche et de Documentation sur les Amériques (Creda-UMR7227).

flores.giorgini@sorbonne-nouvelle.fr

<https://orcid.org/0000-0003-4836-659X>

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. H. T. de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Volume 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais /Idesp, 1989, p. 188-216.

- AMIN, S. *Itinéraire intellectuel: regards sur le demi-siècle, 1945-90*. Paris, France: Éd. l'Harmattan, 1993.
- ARRUDA, M. A. do N. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, Sergio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. Volume I. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, p. 234-315.
- BAMBIRRA, V. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México: Ediciones Era, 1978.
- BEIGEL, M. F. A teoria da dependência em seu laboratório. *Crítica e sociedade: revista de cultura política*, v. 4, n. 2, 2014, p. 72-89. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/22879>. Acesso em: dez. 2024.
- BLOMSTRÖM, M.; HETTNE, B. *Development theory in transition: the dependency debate and beyond: Third world responses*. 2. ed. London: Zed Books, 1984.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, v. 38, 2010, p. 17-48. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/4099/3735>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. "Teoria da dependência" ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos Cebrap*, n. I, 1971, p. 26-45. Disponível em: <https://shorturl.at/w332H>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. *Cadernos Cebrap*, n. II, 1973, p. 30-73. Disponível em: <https://shorturl.at/D4ERv>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. Les États-Unis et la théorie de la dépendance. *Revue Tiers Monde*, v. 17, n. 68, 1976, p. 805-825. <https://doi.org/10.3406/tiers.1976.2671>.
- CARDOSO, F. H. The consumption of dependency theory in the Unites States. *Latin American Research Review*, v. 12, n. 3, 1977, p. 7-24. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2502466>. Acesso em: dez. 2024.
- CARDOSO, F. H. *The accidental president of Brazil: a memoir*. New York, Etats-Unis d'Amérique: PublicAffairs, 2006.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dipendenza e sviluppo in America Latina: saggio di interpretazione sociologica*. Tradução: Giancarlo Santarelli. Torino: Feltrinelli, 1971.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. Buenos Aires, Argentine: Siglo Veintiuno, 1975.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Abhängigkeit und Entwicklung in Lateinamerika*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1976.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dépendance et développement en Amérique latine*. Tradução: Annie Morvan. 1ère ed. Paris: Presses universitaires de France, 1978.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependency and development in Latin America*. Tradução: Marjory Mattingly Urquidi. Berkeley: University of California Press, 1979.
- CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América latina: ensaio de interpretação sociológica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- CHILCOTE, R. H. Dependency: a critical synthesis of the literature. *Latin American Perspectives*, Dependency theory : a reassessment. v. I, n. I, 1974, p. 4-29. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2633526>. Acesso em: dez. 2024.
- DEVÉS-VALDÉS, E. ¿Cómo pasaron las ideas socioeconómicas latinoamericanas a África anglófona entre 1960-1980? Retransmisores de ideas latinoamericanas: Dudley Seers y el Institut of Development Studies. *Latinoamérica*, n. 39, p. 71-94, 2004, <http://dx.doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2004.39.57301>.
- DEVÉS-VALDÉS, E. D. Recepción y reelaboración del pensamiento económico-social chileno y latinoamericano en Tanzania, 1965-1985: su proceso de africanización. *Atenea (Concep.)* [online], n. 492, 2005, p. 45-68. https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=So718-04622005000200004&script=sci_abstract.
- DEVÉS-VALDÉS, E. El traspaso del pensamiento de América Latina a África a través de los intelectuales caribeños. *Estudios Latinoamericanos*, 2006, p. 127-140. <https://doi.org/10.22201/cela.24484946e.2006.0.50201>.

- DEVÉS-VALDÉS, E. La reelaboración de las ciencias económico-sociales en África: el caso de Senegal en el marco de las redes intelectuales al sur del Sahara (1965-1985). In: DEVÉS-VALDÉS, E.; ORELLANA, C. R. (Ed.). *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Clacso, Ariadna, 2009, p. 141-162.
- DEVÉS-VALDÉS, E.; ORELLANA, C. R. *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Clacso, Ariadna, 2009.
- DONAGGIO, E. Introduzione. In: DONAGGIO, Enrico. *La scuola di Francoforte: la storia e i testi*. Piccola biblioteca Einaudi. Filosofia. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2005, p. IX-XLVIII.
- EL DIRECTOR. Introducción. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 31, n. 4, Oct.-Dec. 1989, p. 759-760. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3538918>. Acesso em: dez. 2024.
- ESPAGNE, M. La notion de transfert culturel. *Revue Sciences/Lettres [En ligne]*, n. 1, 2013, p. 1-9. <https://doi.org/10.4000/rs1.219>.
- FALETTO, E. Entrevista com Enzo Faletto. [Concedida a] José Marcio Rego. *Tempo Social*, v. 19, n. 1, jun. 2007, p. 189-213. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3xgPJywwBqjVxbKRbhZVdy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: dez. 2024.
- FRANK, A. G. *Capitalism and underdevelopment in Latin America*. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRANK, A. G. *El subdesarrollo del desarrollo: un ensayo autobiográfico*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1991.
- FUNDAÇÃO FHC – Fernando Henrique Cardoso. *Bibliografia de FHC*. [s.d.]a. Disponível em: <https://shorturl.at/uxav8>. Acesso em: dez. 2024.
- FUNDAÇÃO FHC – Fernando Henrique Cardoso. *Curriculum-vitae de Fernando Henrique Cardoso*. [s.d.]b. Disponível em: <https://shorturl.at/1jhc8>. Acesso em: dez. 2024.
- FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- GARCIA JR., A. Circulation internationale et formation d'une "ecole de pensee" latino-americaine (1945-2000). *Social Science Information*, v. 44, n. 2-3, 2005, p. 521-555. <https://doi.org/10.1177/0539018405053296>.
- HUNT, D. *Economic theories of development: an analysis of competing paradigms*. Maryland: Barnes & Noble Books, 1989.
- KATZ, C. J. *La teoría de la dependencia: cincuenta años después*. Buenos Aires: Monte Avila Editores Latinoamericana, 2019.
- KAY, C. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London and New York: Routledge, 2011.
- KAY, C. Modernization and dependency theory. In: CUPPLES, J.; PRIETO, M.; PALOMINO-SCHALSCHA, M. (Ed.). *The Routledge handbook of Latin American development*. London and New York: Routledge, 2019, p. 15-28.
- KLÜGER, E. *Meritocracia de laços: gênese reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://shorturl.at/sBToG>. Acesso em: dez. 2024.
- LIMONGI, F. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989a, p. 217-233.
- LIMONGI, F. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989b, p. 111-187.
- LOVE, J. L. *A construção do Terceiro Mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Tradução: Patrícia Zimbres. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- LÖWY, M. Introdução. In: LÖWY, M. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. Tradução: Cláudia Schilling; Luís Carlos Borges. 4.ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016, p. 11-65.
- MANTEGA, G. Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico. EAESP/FGV/NPP – Núcleo de

- pesquisas e publicações, [s.l.]. Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em: <https://shorturl.at/mAkWH>. Acesso em: dez. 2024.
- MARINI, R. M. Memória: por Ruy Mauro Marini. Agosto, 1990. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 55-130.
- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v. 1. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/Idesp, 1989, p. 72-110.
- MORAES, J. Q. de. O estatuto teórico da noção de dependência. *Crítica Marxista*, v. 17, n. 31, 2010, p. 23-36. <https://doi.org/10.53000/cma.v17i31.19353>.
- NATIONS UNIES; COMMISSION ECONOMIQUE POUR L'AFRIQUE; INSTITUT AFRICAIN DE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE ET DE PLANIFICATION. *Conférence sur les Stratégies du développement Afrique versus Amérique Latine*. IDEP - Dakar du 4 septembre au 18 septembre 72. Dakar: Institut africain de développement économique et de planification, 1971. Disponível em: <https://repository.uneca.org/handle/10855/43503>. Acesso em: dez. 2024.
- OLIVEIRA, F. A. de; KVANGRAVEN, I. H. Back to Dakar: decolonizing international political economy through dependency theory. *Review of International Political Economy*, v. 30, n. 5, 2023, p. 1676-1700. <https://doi.org/10.1080/09692290.2023.2169322>.
- PACKENHAM, R. A. *The dependency movement: scholarship and politics in development studies*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. 6, issues 7-8, July-August 1978, p. 881-892. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(78\)90051-7](https://doi.org/10.1016/0305-750X(78)90051-7).
- RODRIGUES, L. S. Fernando Henrique Cardoso nos Estados Unidos da América: a obra de um scholar, um scholar como obra. *Novos Estudos Cebrap*, v. 41, n. 2, maio-ago. 2022, p. 273-293. <https://doi.org/10.25091/S01013300202200020005>.
- ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- RUVITUSO, C. From the South to the North: the circulation of Latin American dependency theories in the Federal Republic of Germany. *Current Sociology*, v. 68, n. 1, 2020a, p. 22-40. <https://doi.org/10.1177/001392119885170>.
- RUVITUSO, C. Southern theories in Northern circulation: analyzing the translation of Latin American dependency theories into German. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 3, n. 1, 2020b, p. 92-106. <https://doi.org/10.1080/25729861.2020.1781999>.
- SANTOS, T. dos. *Memorial*. 1994. Disponível em: <https://shorturl.at/OjrCd>. Acesso em: dez. 2024.
- SHIVJI, I. G. *Intellectual at the hill: essays and talks 1969-1993*. 1. ed. Dar es Salam: Dup, 1996.
- SZNAJDER, M.; RONIGER, L. *The politics of exile in Latin America*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.
- TOURNÈS, L. *Américanisation: une histoire mondiale (XVIII^e-XXI^e siècle)*. Paris: Fayard, 2020.
- WASSERMAN, C. *A teoria da dependência: do nacional-desenvolvimentismo ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- WEFFORT, F. Notas sobre a "teoria da dependência": teoria de classe ou ideologia nacional? *Estudos Cebrap*, n. 1, 1971, p. 2-24. Disponível em: <https://shorturl.at/wlvPn>. Acesso em: dez. 2024.